

# Sumário

|   |          |
|---|----------|
| <b>1 Coisa Julgada .....</b>  | <b>1</b> |
| 1.1 Fundamento político da coisa julgada .....  | 3        |
| 1.2 O fundamento jurídico da coisa julgada .....  | 9        |
| 1.2.1 Coisa julgada como verdade ficta ou presumida.....  | 9        |
| 1.2.2 Teoria da força legal substancial da sentença .....   | 13       |
| 1.2.3 Teoria da extinção da obrigação jurisdicional .....   | 16       |
| 1.2.4 Teoria da vontade do Estado .....   | 17       |
| 1.2.5 Posição adotada .....   | 20       |
| 1.3 Características gerais da coisa julgada.....  | 21       |
| 1.3.1 A coisa julgada como espécie do gênero<br>“estabilidades” e sua relação com a preclusão ..... | 21       |
| 1.3.2 Coisa julgada material e coisa julgada formal .....   | 25       |
| 1.3.3 Modos de formação da coisa julgada.....   | 28       |
| 1.3.4 Pressupostos para a formação da coisa julgada.....  | 29       |
| 1.4 Natureza jurídica da coisa julgada: elementos de conceituação.....                              | 32       |
| 1.4.1 Eficácia, efeito e conteúdo das sentenças.....  | 32       |
| 1.4.2 Coisa julgada como efeito da sentença .....   | 37       |
| 1.4.3 Coisa julgada como qualidade dos efeitos da sentença .....                                    | 40       |
| 1.4.4 Coisa julgada como situação jurídica<br>que emana do conteúdo da sentença .....               | 44       |
| 1.4.5 Resumo das três grandes posições doutrinárias .....   | 47       |
| 1.5 As eficácias da coisa julgada.....  | 49       |

|   |            |
|---|------------|
| <b>2 Elementos da Demanda.....</b>  | <b>51</b>  |
| 2.1 Coisa julgada e o conteúdo da decisão judicial: o objeto do processo.....   | 53         |
| 2.2 O pedido.....   | 55         |
| 2.3 A causa de pedir.....   | 62         |
| 2.3.1 Causas de pedir próxima e remota.....   | 63         |
| 2.3.2 Fatos simples e fatos jurídicos.....  | 65         |
| 2.3.3 Fundamento jurídico e fundamento legal .....  | <b>66</b>  |
| 2.3.4 Causas de pedir simples, composta e complexa.....   | 68         |
| 2.3.5 Teorias da individuação e da substanciação.....   | 69         |
| 2.4 A íntima relação entre o objeto do processo<br>(pedido + causa de pedir) e a decisão<br>(fundamentação + dispositivo) ..... | 75         |
| <b>3 A Coisa Julgada no Plano Constitucional .....</b>  | <b>79</b>  |
| 3.1 Coisa julgada e segurança jurídica .....  | 79         |
| 3.2 Supremacia da Constituição.....   | 83         |
| 3.3 Breves linhas sobre o controle de constitucionalidade.....  | 88         |
| 3.4 As ações de controle concentrado de<br>constitucionalidade e a <i>causa petendi</i> aberta .....                            | 94         |
| 3.5 A coisa julgada e a lei declarada inconstitucional pelo STF .....   | 100        |
| 3.6 Limites objetivos do efeito vinculante nas decisões<br>proferidas em ações de controle concentrado .....                    | 119        |
| <b>4 Limites da Coisa Julgada.....</b>  | <b>127</b> |
| 4.1 Limite temporal da coisa julgada.....   | 128        |
| 4.1.1 Elementos essenciais e acidentais .....   | 137        |
| 4.1.2 Interpretando a Súmula nº 239/STF.....  | 139        |

|  |     |
|--|-----|
| 4.1.3 A ação revisional da coisa julgada.....  | 142 |
| 4.1.4 Coisa julgada e a declaração de constitucionalidade.....   | 144 |
| 4.2 Limite territorial da coisa julgada .....  | 145 |
| 4.2.1 A limitação territorial da coisa julgada no plano<br>internacional: a homologação de sentença estrangeira..... | 145 |
| 4.2.1.1 Requisitos e procedimento.....   | 147 |
| 4.2.1.2 Decisão estrangeira e decisão internacional .....  | 151 |
| 4.2.1.3 Litispendência internacional .....   | 151 |
| 4.2.2 A limitação territorial da coisa julgada no plano interno.....   | 154 |
| 4.2.2.1 O art. 16 da Lei nº 7.347/1985 em sua redação original.....  | 154 |
| 4.2.2.2 Incompatibilidade da nova redação do art. 16<br>da LACP com a finalidade das ações coletivas .....           | 156 |
| 4.2.2.3 Ineficácia da redação dada ao<br>art. 16 da LACP pela Lei nº 9.494/1997.....                                 | 158 |
| 4.2.2.4 O art. 16 da LACP na visão dos tribunais .....   | 163 |
| 4.3 Limites subjetivos da coisa julgada .....  | 164 |
| 4.3.1 Relação entre limites subjetivos da coisa julgada<br>e efeitos da sentença perante terceiros.....              | 167 |
| 4.3.2 O conceito de parte e de terceiro no processo civil .....  | 171 |
| 4.3.3 A coisa julgada e a assistência.....   | 175 |
| 4.3.4 A coisa julgada e a substituição processual .....  | 179 |
| 4.3.5 A coisa julgada e a sucessão processual.....   | 187 |
| 4.3.6 A coisa julgada, a solidariedade e as obrigações indivisíveis....  | 190 |
| 4.4 Limites objetivos da coisa julgada .....   | 193 |
| 4.4.1 A motivação como elemento legitimador<br>dos atos jurisdicionais.....  | 198 |

|   |            |
|---|------------|
| 4.4.2 A coisa julgada e os fundamentos da sentença .....  | 202        |
| 4.4.3 A coisa julgada e os motivos da decisão.....  | 205        |
| 4.4.4 Coisa julgada e conteúdo da sentença .....  | 211        |
| 4.4.5 Eficácia preclusiva da coisa julgada:<br>o princípio do deduzido e do dedutível.....                                    | 215        |
| <b>5 A Coisa Julgada sobre Questão Prejudicial .....</b>  | <b>227</b> |
| 5.1 Notas introdutórias.....  | 227        |
| 5.2 Questões prejudiciais: um excursão necessário à compreensão<br>precisa da coisa julgada sobre a questão prejudicial ..... | 229        |
| 5.2.1 Conceito jurídico de questão prejudicial.....   | 233        |
| 5.2.2 O caso da prescrição .....  | 239        |
| 5.2.3 Ponto, questão e causa prejudicial .....  | 240        |
| 5.3 A prejudicialidade e os limites objetivos da coisa julgada .....  | 242        |
| 5.4 Questão prejudicial e coisa julgada no processo<br>civil brasileiro: histórico legislativo.....                           | 243        |
| 5.5 As questões prejudiciais no CPC/2015: histórico legislativo .....   | 248        |
| 5.5.1 O anteprojeto .....   | 248        |
| 5.5.2 As emendas no Senado Federal.....   | 249        |
| 5.5.3 O relatório final no Senado Federal.....  | 250        |
| 5.5.4 As emendas na Câmara dos Deputados.....   | 250        |
| 5.5.5 O relatório preliminar apresentado<br>na Câmara dos Deputados.....  | 251        |
| 5.5.6 O relatório final da Câmara dos Deputados.....  | 253        |
| 5.5.7 A reviravolta no Senado Federal.....  | 254        |
| 5.6 Análise comparada: a <i>issue preclusion</i> do direito norte-americano .....   | 254        |

|  |            |
|--|------------|
| 5.6.1 Críticas ao modelo .....   | 258        |
| 5.7 O regramento da coisa julgada sobre questão no CPC/2015 .....  | 264        |
| 5.7.1 Condições para a formação da coisa julgada sobre questão.....  | 265        |
| 5.7.2 Sobrevive a ação declaratória incidental? .....  | 272        |
| 5.7.3 Dificuldades a serem enfrentadas no novo<br>regime jurídico das questões prejudiciais .....                            | 276        |
| 5.7.4 Direito intertemporal e coisa julgada<br>sobre questão prejudicial.....  | 281        |
| <b>6 Questões Controvertidas sobre a Coisa Julgada.....</b>  | <b>283</b> |
| 6.1 Coisa julgada e precedente judicial (estabilidade da jurisprudência) ...   | 283        |
| 6.2 Coisa julgada na execução .....  | 285        |
| 6.3 Negócios jurídicos processuais sobre coisa julgada .....   | 287        |
| 6.4 Conflito de coisas julgadas .....  | 290        |
| 6.5 Eficácia subjetiva da coisa julgada e as ações<br>anulatórias de deliberação assemblear.....                             | 294        |
| 6.6 Coisa julgada e a estabilização da tutela provisória.....  | 298        |
| 6.7 Coisa julgada e <i>astreintes</i> .....  | 301        |
| 6.8 Coisa julgada sobre fato .....   | 307        |
| 6.9 Coisa julgada parcial .....  | 309        |
| 6.10 A relativização (ou desconsideração) da coisa julgada .....   | 314        |
| 6.11 A declaração de inconstitucionalidade de dispositivo legal<br>pelo STF e a renovação do prazo para ação rescisória..... | 319        |
| 6.12 Coisa julgada na ação de produção antecipada de provas.....   | 322        |
| 6.13 Coisa julgada e atos cooperados.....  | 325        |
| 6.14 Coisa julgada no mandado de segurança .....   | 327        |

|  |            |
|--|------------|
| 6.15 Coisa julgada, ação rescisória e <i>querela nullitatis insanabilis</i> .....  | 332        |
| 6.16 Coisa julgada, correção monetária e juros<br>moratórios contra a Fazenda Pública.....   | 335        |
| 6.17 Coisa julgada e alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021<br>na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) ..... | 342        |
| <b>Referências .....</b>   | <b>347</b> |
| <b>Lista de Abreviaturas e Siglas .....</b>  | <b>385</b> |